

PROCESSO - A. I. N° 207160.0010/19-8  
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
RECORRIDO - WATCH IMAGINE RELÓGIOS E ACESSÓRIOS EIRELI  
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JJF nº 0200-01/21-VD  
ORIGEM - DAT METRO / INFZVAREJO  
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 17/11/21023

**1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL****ACÓRDÃO CJF N° 0299-11/23-VD**

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO NOS PRAZOS REGULAMENTARES. OPERAÇÕES ESCRITURADAS NOS LIVROS FISCAIS PRÓPRIOS. O contribuinte comprovou terem sido anteriormente cobrados os exatos valores exigidos, relativos às datas lançadas no Auto de Infração, por meio do Débito Declarado nº 8500007813193A. Decisão recorrida mantida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Ofício contra Decisão da 1ª JJF (Junta de Julgamento Fiscal; Acórdão nº 0200-01/21-VD), que julgou Improcedente o Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 18/12/2019 para formalizar a constituição de crédito tributário no valor histórico de R\$ 154.353,75, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” da Lei nº 7.014/96, sob a acusação do cometimento da irregularidade assim discriminada pelo órgão julgador da instância originária, *in verbis*:

*“Infração 01 – 02.01.01: Deixou de recolher o ICMS, nos prazos regulamentares, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios.*

*Enquadramento legal: art. 2º, inciso I e art. 32 da Lei nº 7.014/96 c/c art. 332, inciso I do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012. Multa prevista no art. 42, II, “f” da Lei 7.014/96”.*

A Junta apreciou a lide no dia 19/11/2021 (fls. 48/49), decidindo à unanimidade pela Improcedência, nos termos seguintes.

**“VOTO**

*Inicialmente, constato não ter ocorrido qualquer das hipóteses previstas no art. 18 do RPAF, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, capaz de inquirir de nulidade o lançamento de ofício em questão.*

*No mérito, o presente processo imputa ao autuado a falta de recolhimento do ICMS, nos prazos regulamentares, referente a operações escrituradas nos livros próprios.*

*Na sua peça de defesa, o autuado comprovou que os valores exigidos na autuação guerreada já haviam sido incluídos no Débito Declarado, formalizado anteriormente à ação fiscal, conforma PAF nº 850000783193ª (fls. 41/42).*

*Tal fato, inclusive, foi reconhecido pelo autuante, por ocasião de sua informação fiscal. Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração”.*

Em virtude de a desoneração ter ultrapassado o limite estabelecido no art. 169, I, “a” do RPAF/1999 (Decreto nº 7.629/99; Regulamento do Processo Administrativo Fiscal da Bahia), a 1ª JJF recorreu de ofício da própria Decisão, contida no Acórdão nº 0200-01/21-VD.

**VOTO**

Cuidam os presentes autos de lançamento de ofício de ICMS no valor histórico de R\$ 154.353,75, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” da Lei nº 7.014/96, sob a acusação de falta de recolhimento do imposto, nos prazos regulamentares, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios (períodos de 07, 08, 09, 11 e 12/2018).

Ocorre que, por meio da juntada dos documentos de fls. 41/42 (Débito Declarado), o contribuinte

comprovou terem sido anteriormente cobrados os exatos valores exigidos (vide coluna “*Val. Hist./Julg*”), relativos às datas lançadas no Auto de Infração, por meio do Débito Declarado nº 8500007813193A, com o que concordou o autuante. O lançamento do Débito Declarado ocorreu em 01/11/2019 e a inscrição em dívida ativa no dia 16/03/2020 (fls. 41/42).

Decisão mantida.

Voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e manter a Decisão recorrida, que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 207160.0010/19-8, lavrado contra **WATCH IMAGE RELÓGIOS E ACESSÓRIOS EIRELI**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 16 de outubro de 2023.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

PAULO DANILO REIS LOPES – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS